



Contribuições do Seminário Mobilidade Urbana: Acessibilidade, Transporte e Moradia.

Realizou-se, no dia 16 de junho, no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, o Seminário sobre Mobilidade Urbana, com o subtema Acessibilidade, Transporte e Moradia promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU.

O evento contou com a participação de parlamentares engajados na temática da mobilidade urbana, destacadamente no tocante à acessibilidade e no desenvolvimento das cidades, bem como de representantes do Governo Federal e da sociedade civil organizada.

Inicialmente, na composição da mesa, o Deputado Aelton Freitas, Presidente da CPD, destacou a relevância do tema e a necessidade do debate, declarando aberto o seminário. Na sequência, o Deputado Carlos Marun, Vice-Presidente da CDU, salientou a importância da criação da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da integração com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, sobretudo com relação à acessibilidade nas cidades brasileiras. Apesar de a Deputada Mara Gabrilli não estar presente no evento, foi exibido um vídeo com depoimento gravado pela Parlamentar, em que evidenciou a importância das ações voltadas para garantir a plena acessibilidade às pessoas com deficiência.

O Senhor Dario Rais Lopes, Secretário da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, ressaltou o papel do Ministério das Cidades na questão da mobilidade urbana, em especial a área de atuação da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. O Senhor Sérgio Paulo da Silveira Nascimento, Diretor do Departamento de



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência - da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por sua vez, frisou que as políticas voltadas para a pessoa com deficiência são indispensáveis para garantir a acessibilidade desse grupo de indivíduos, mas que também beneficiam toda a sociedade. Enalteceu, ainda, as ações promovidas pela Câmara dos Deputados em prol da inclusão das pessoas com deficiência.

Passou-se, então, a palavra aos palestrantes do primeiro painel: “Acessibilidade”, sob moderação da Deputada Carmen Zanotto. A primeira a apresentar foi a Senhora Silvana Cambiaghi, arquiteta e fundadora da Comissão Permanente de Acessibilidade de São Paulo, que abordou o tema “Mobilidade urbana segundo o desenho universal”. De início, tratou do conceito de *desenho universal*, que surgiu da necessidade de adequar os ambientes à grande diversidade dos usuários, até então dimensionados em função das referências biométricas do homem padrão. Em seguida, citou a legislação que aborda o tema, com destaque para o Decreto nº 5.296/2004 e a norma ABNT NBR 9050/2004.

Na sequência, a arquiteta apresentou vários exemplos em que o desenho universal foi levado em consideração nos projetos urbanísticos e de edificações, bem como nos meios de transporte, tanto no Brasil quanto no exterior. Entre eles, destacaram-se: os diferentes níveis de altura dos terminais de autoatendimento e balcões de recepção em bancos, hotéis e demais locais de serviços; as placas indicatórias em relevo e em braile, voltadas ao portador de deficiência visual; as calçadas amplas, livres e contínuas; os mapas táteis; as áreas de travessia nas vias urbanas; os mobiliários urbanos, ou seja, os banheiros públicos, as bancas de jornais e revistas; os pisos táteis nas calçadas e edificações; as rampas de acesso a táxis e ônibus; as plataformas de embarque e desembarque sem desníveis ou vãos livres; etc.



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Apresentou, ainda, a pirâmide hierárquica de organização da urbe, composta, em ordem decrescente de prioridade, por: pedestres, ciclistas e cadeirantes; transporte público coletivo; transporte de cargas; e veículos individuais.

Finalmente, afirmou que as normas brasileiras, em geral, são boas. Contudo, as ações promovidas em conformidade com a legislação são poucas e pontuais. Assevera, ainda, que cabe aos municípios verificar a aplicabilidade das leis.

A palestrante seguinte foi a Senhora Letícia Miguel Teixeira, Gerente substituta do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos. Iniciou a apresentação retomando o conceito do desenho universal. Frisou a importância de quebra do paradigma de que ele é voltado apenas à pessoa com deficiência, mas que beneficia a todos. Em seguida, citou a legislação relacionada ao tema (Constituição Federal, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 10.048/2000, Decreto nº 5.296/2004, Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – 2007, leis urbanísticas municipais, entre outras).

Em seguida, mencionou algumas ações do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano, da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, do Ministério das Cidades, no ano de 2015, com destaque para a reabilitação de áreas urbanas e projetos de acessibilidade em espaços públicos.

Por fim, a coordenadora destacou que o Programa Minha Casa Minha Vida já assegura condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum das unidades construídas, bem como assegura a disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos.

Ao término das duas primeiras palestras, a palavra foi franqueada a outros Parlamentares presentes no evento. O Deputado Deley enalteceu a



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

importância do evento e salientou que há ainda muito a ser feito com relação à acessibilidade. O Deputado Angelim frisou que a solução para os problemas de mobilidade e de acessibilidade não reside apenas na elaboração de leis, mas envolve a questão cultural. Defende a difusão do conceito de cidade acessível nas escolas, desde o ensino fundamental. Também acredita na importância do plano diretor de modo a orientar as ações relativas à mobilidade urbana, evitando a proliferação de ações individualizadas inadequadas.

O debate contou, ainda, com a participação do Senhor Milton Pombo da Paz, representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Entre os pontos abordados, destacam-se: a revisão curricular de cursos universitários, a fim de que sejam discutidas as questões da acessibilidade e do desenho universal; melhor qualificação profissional dos agentes e técnicos do poder público responsáveis pela elaboração de projetos de mobilidade urbana e de acessibilidade; procedimentos de certificação de tecnologias assistivas; coibir a ocupação urbana desordenada; e medidas para redução de acidentes nas residências.

O segundo painel do seminário, “Transporte e Moradia”, sob moderação do Deputado Julio Lopes, foi iniciado com a palestra da arquiteta Paula Haddad, com o tema “Arquitetura sem barreiras – desenho universal”. A palestrante reforçou a importância de se pensar em desenho universal como um desenho para todos e não apenas voltado para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Afirmou que, em geral, a ausência de elementos de acessibilidade nas edificações é menos prejudicial do que a “acessibilidade inadequada”, ou seja, aquela executada em desconformidade com as normas técnicas. Defendeu, por fim, maior rigor nos critérios de aprovação dos projetos por parte do poder público competente.

A última palestra coube ao Senhor Dario Rais Lopes, que, de início, destacou o desafio de se entender o conceito de mobilidade. Segundo o Secretário, deve-se tratar da mobilidade de forma mais ampla, considerando



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

três atributos: espaço, tempo e estado. Para ele, os quesitos “segurança”, “conforto” e “fluidez” também devem ser levados em consideração, ou seja, “como” se deslocam as pessoas e cargas nas cidades.

Nesse contexto, afirmou que o foco da questão da mobilidade seja voltado para a acessibilidade e não para o deslocamento, como até então vem sendo abordado o tema. Assim, propõe a aproximação entre os locais de trabalho e de moradia das pessoas, diminuindo a necessidade de deslocamentos. Na prática, há que se trabalhar o trânsito e o transporte de forma aliada ao uso e à ocupação do solo nas cidades, como o maior adensamento populacional nos eixos de transporte.

Outro ponto abordado pelo palestrante refere-se a programas habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que geralmente são implantados em áreas fora do perímetro urbano, acarretando deslocamentos pendulares e agravando as condições de mobilidade. Uma das soluções apontadas seria a alocação de postos de emprego em locais próximos às residências.

Enfim, destacou a necessidade de o Ministério das Cidades adotar critérios mais rigorosos na seleção dos projetos de mobilidade apresentados pelos municípios a serem contemplados com recursos federais. Há que se verificar a compatibilização prévia do plano de mobilidade urbana com o plano diretor.

A seguir, alguns Parlamentares se pronunciaram a respeito do tema. A Deputada Luizianne Lins conceituou o termo mobilidade como a apropriação da cidade, a capacidade de todos irem a qualquer lugar. Salientou a importância de o poder público dar o exemplo, promovendo ações relativas à acessibilidade em seus imóveis, e ainda a necessidade de maior conscientização e educação sobre o tema.



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Deputada Carmen Zanotto frisou a relevância do evento e afirmou que os expositores conseguiram abordar as questões cruciais sobre a inclusão e a acessibilidade.

Por sua vez, o Deputado Carlos Marun observou que houve avanços nas ações voltadas à inclusão das pessoas com deficiência. Mostrou-se preocupado com o tempo gasto nos deslocamentos diários, principalmente no trajeto moradia-trabalho, e vice-versa, e entende que o metrô seja a solução mais viável para as grandes cidades.

Ao fim dos trabalhos, elencamos os temas abaixo que consideramos como sendo as Contribuições do Seminário à temática ora discutida.

I – Empregar o conceito do desenho universal de forma efetiva nos projetos urbanísticos, de edifícios e de mobilidade urbana, de modo a garantir a acessibilidade não só das pessoas com deficiência, mas da sociedade como um todo.

II – Adotar soluções simples e práticas que promovam a acessibilidade no interior das residências, nos edifícios, nas vias públicas e nos veículos de transporte público.

III – Elaborar de forma integrada o plano de mobilidade urbana e o plano diretor, priorizando a acessibilidade em relação aos deslocamentos.

IV – Introduzir a temática da acessibilidade e da mobilidade nas escolas e universidades, a fim de promover a conscientização da sociedade quanto à sua importância.

V – Intensificar as ações do poder público no sentido de garantir a aplicabilidade da legislação existente relativa à acessibilidade e à mobilidade urbana.

VI – Empreender maior rigor nos critérios de aprovação dos projetos urbanísticos e de edifícios, no tocante aos quesitos legais de acessibilidade, por parte do poder público competente.



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

VII – Melhorar a qualificação profissional dos agentes e técnicos públicos responsáveis pela elaboração, execução e fiscalização dos projetos de arquitetura e urbanismo.

VIII – Garantir o cumprimento das normas de acessibilidade nos bens públicos.

Deputado **AELTON FREITAS**

Presidente